

# Qualidade e Equidade na Educação Integral: parâmetros nacionais para uma expansão com direitos

## Salvador | 2026

**Raiana Ribeiro**
Diretora de Programas | Cidade Escola Aprendiz
Centro de Referências em Educação Integral

# Caminhos para a conversa

1. Oportunidades para a Intersetorialidade
2. Intersetorialidade e seus compromissos
3. Intersetorialidade e seus desafios
4. Intersetorialidade, Território e Participação na prática

01

# Oportunidades
# **para a Intersetorialidade**

MARCOS LEGAIS E NORMATIVAS

# Resolução CNE/CEB nº 7, de 1º de agosto de 2025

## Diretrizes Operacionais Nacionais para a Educação Integral em Tempo Integral

- **Princípio da EITI:** articulação intersetorial com meio ambiente, saúde, assistência social, cultura, esporte, segurança alimentar e direitos da criança e do adolescente.
- Dimensão estratégica própria atrelada ao Território.
- Anuncia a necessidade de um indicador obrigatório de avaliação da qualidade da articulação intersetorial e da integração territorial.
- **Redes:** mapeamento, protocolos de atuação, integração e cooperação, além de parcerias para o atendimento integrado com demais políticas.
- **Escolas:** busca ativa, atendimento integrado com serviços, uso de espaços públicos, parcerias, composição de instâncias de participação social local, articulação com arranjos produtivos locais.



MARCOS LEGAIS E NORMATIVAS

# Resolução CNE/CEB nº 4, de 14 de julho de 2026

## Parâmetros Nacionais de Qualidade e Equidade da Educação Integral em Tempo Integral

- Os Parâmetros transformam a intersetorialidade em critérios verificáveis, cada um avaliado na escala inexistente / em desenvolvimento / consolidado.
- Propõe dois instrumentos novos: a Matriz Intersetorial (ênfase nas trajetórias escolares) e a instância intersetorial com poder de decisão.
- Escuta das instituições do SGDCA na elaboração do Plano de Expansão.
- Instância intersetorial (comitê, comissão, câmara, GT) como fórum permanente de discussão, encaminhamento e tomada de decisões, com secretarias do Executivo, órgãos de controle social, SGD e OSCs (periodicidade e transparência).



MARCOS LEGAIS E NORMATIVAS

# Lei nº 15.388, de 14 de abril de 2026

**Plano Nacional de Educação 2026-2036**

- **Diretriz** para o planejamento da política educacional na próxima década.
- **Intersetorialidade e interseccionalidade** como abordagens para enfrentar os problemas da educação no contexto de cada território.
- Presente em diferentes estratégias, em especial, àquelas que se debruçam sobre os **desafios de acesso e permanência.**
- Desdobramento nos **planos estaduais e municipais** de educação.



MARCOS LEGAIS E NORMATIVAS

# Resolução CNE/CEB nº 4, de 14 de julho de 2026

## Parâmetros Nacionais de Qualidade e Equidade da Educação Integral em Tempo Integral

- Protocolos intersetoriais para violações de direitos: trabalho infantil, assédio, racismo, violência sexual, abandono, negligência, medidas socioeducativas.
- Protocolos para as interações das escolas com assistência social, saúde, cultura, esporte e lazer.
- Cooperação entre escolas do mesmo território.
- Requisitos para parceiros: experiência, proposta alinhada ao PPP, formação, inclusão, supervisão da secretaria, transparência físico-financeira, avaliação.
- Carga horária da equipe gestora, em especial coordenação pedagógica, com tempo exclusivo para articulação intersetorial e comunitária.
- Contratação de profissionais não licenciados em artes, cultura, esportes, saúde.



02

# Intersetorialidade e **seus compromissos**

# Intersetorialidade e seus compromissos

1. Reconhecimento de **bebês, crianças, adolescentes e jovens como sujeitos de direitos.**

2. Garantia do seu **desenvolvimento integral e proteção** contra todas as formas de negligência, violência e exclusão.

3. Indissociabilidade do **direito à educação** aos demais direitos sociais.

4. **Promoção da equidade e enfrentamento das desigualdades** raciais, de gênero, territoriais, por condição da pessoa com deficiência, socioeconômicas, dentre outras.

5. **Contextualização** e reconhecimento das características socioterritoriais, culturais, ambientais e econômicas, além das dinâmicas que envolvem os diferentes agentes – **visão sistêmica da realidade.**

6. Fortalecimento do **papel estratégico da escola** nas redes de proteção e no SGDCA.

7. **Governança intersetorial do território** a partir do trabalho integrado das diferentes instituições e agentes que nele atuam.

8. Políticas, serviços, equipamentos, instituições, comunidades reunidos em torno de uma **agenda comum que assegure o desenvolvimento integral.**

# 03

# Intersetorialidade e **seus desafios**

# Intersetorialidade e seus desafios

## 1 Corresponsabilizar as demais políticas

Trata-se de normas educacionais, que só alcançam sistemas de ensino e escolas. Quem responde por cada critério é a secretaria de educação; as demais secretarias são convidadas ao diálogo, sem dever correspondente. Se a escola é, como as crises recentes mostraram, porta de entrada para os demais direitos sociais, ela não pode carregar sozinha a responsabilidade de acioná-los. Sem corresponsabilidade, corremos o risco de sobrecarregar escolas e profissionais com demandas que não lhes cabe resolver.

***Que ato do Executivo — decreto, resolução conjunta, pactuação no conselho de direitos — dá à instância intersetorial força para comprometer as demais políticas? A Matriz Intersetorial terá metas, responsáveis e recursos de cada secretaria envolvida?***

## 2 Afirmar o sentido da articulação intersetorial

Intersetorialidade como estratégia de gestão que amplia oportunidades educativas e assegura trajetórias escolares dignas e acesso a direitos, e é esse duplo sentido que precisa orientar a sua implementação.

***O território entra no planejamento como rede de serviços a acionar e como fonte para o currículo? A EITI está sendo planejada a partir do que já existe no território, ou à revelia dele?***

# Intersetorialidade e seus desafios

## 3 Traduzir equidade em critérios para a intersetorialidade

A equidade ganhou critérios na distribuição das matrículas, mas a articulação intersetorial ainda não tem critério próprio de prioridade, exceto o CadÚnico. Uma Educação Integral comprometida com a equidade precisa nomear os sujeitos historicamente afetados pelas desigualdades e organizar a rede de proteção e de oportunidades educativas para assegurar que todos aprendam e se desenvolvam.

***Os protocolos e a Matriz Intersetorial incorporam a interseccionalidade como chave para a leitura da integração entre as políticas, equipamentos e serviços?***

## 4 Proteger, sem vigiar

A integração entre dados e sistemas de informação educacionais e sociais amplia a capacidade de localizar quem está fora da escola e de priorizar quem mais precisa de apoio. Ao mesmo tempo, abre caminho para a estigmatização, para o uso punitivo de condicionalidades e para a exposição de crianças, adolescentes e suas famílias. A lógica da proteção não pode ser capturada pela lógica do controle.

***Quem governa esses dados e com que finalidade declarada? Como as famílias são informadas, e quem pode acessar cada informação?***

# Intersetorialidade e seus desafios

## 5 Avaliar o que efetivamente acontece a partir da intersetorialidade

Atas e protocolos registram a existência e a regularidade da articulação, mas não seus efeitos. Um critério pode ser considerado consolidado com documentos em dia e nenhuma mudança na vida das crianças e de suas famílias. Por isso, é importante que a autoavaliação seja assumida como princípio formativo, capaz de produzir conhecimento sobre o que a articulação efetivamente transforma.

***Que indicadores de resultado complementam os de processo — casos acompanhados, tempo de resposta, retornos efetivos à escola? Que evidências a rede vai exigir para cada nível da escala?***

## 6 Garantir condições para articular

Os Parâmetros reservam tempo exclusivo da coordenação pedagógica para a articulação intersetorial e comunitária, preveem a contratação de profissionais não licenciados das áreas de cultura, esporte e saúde e condições técnicas e financeiras para o uso pedagógico do território. A articulação intersetorial entra via coordenação pedagógica, sem função própria estabelecida.

***Seu custo está sendo considerado pelos mecanismos que pautam o financiamento da educação integral?***

# Intersetorialidade e seus desafios

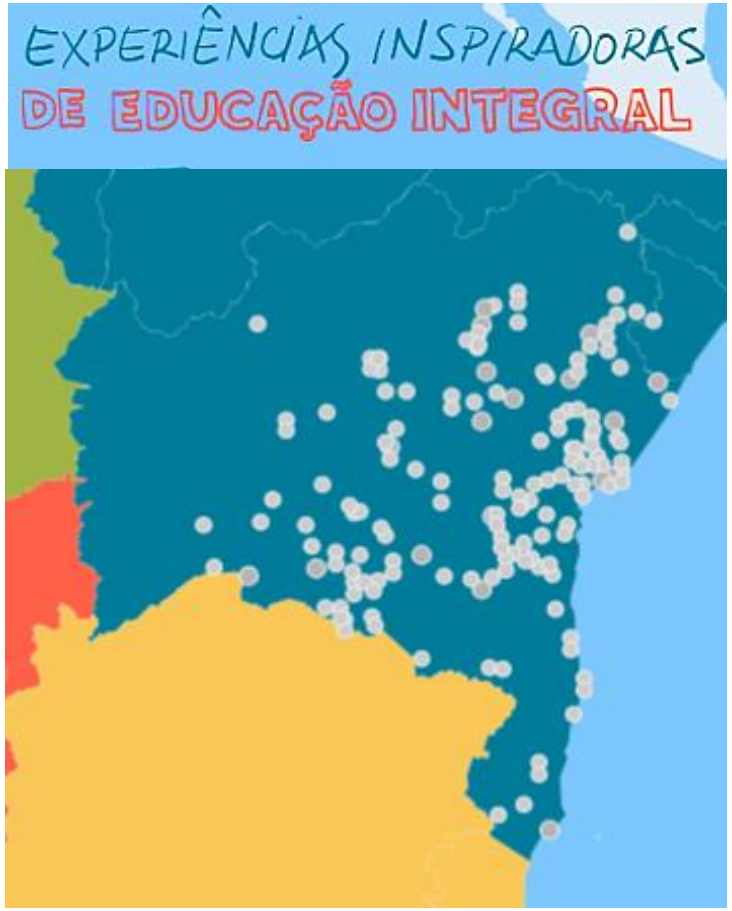
## 7 Converter escuta em participação

As normas aproximam intersetorialidade e participação social, mas ainda as tratam em instâncias separadas e com papéis pouco definidos. Conselhos, fóruns, comitês, grêmios, associações de pais e mestres e os atores do Sistema de Garantia de Direitos devem se converter em parte efetiva da construção, do acompanhamento e do controle social de uma política que só se realiza na articulação entre escola, território e demais políticas públicas.

- ***A instância intersetorial terá participação da sociedade civil, de estudantes e famílias, e com que poder de decisão?***
- ***Os atos normativos locais unificaram as instâncias ou criaram estruturas paralelas?***
- ***Conselhos e fóruns dispõem de apoio técnico e de acesso aos dados para acompanhar a implementação da EITI?***
- ***Como esses movimentos contribuem para a revisão dos Planos Municipais de Educação?***

04

# Intersetorialidade, Território e **Participação na prática**




www.experienciaseduintegral.com.br

Para assegurar qualidade e equidade na oferta de Jornada Escolar de Tempo Integral, uma das ações que integra a assistência técnica do Ministério da Educação (MEC), em parceria com a UFMG, por meio do Grupo Teia/FaE, é o Edital de Experiências Inspiradoras de Gestão e Projetos Pedagógicos de Educação Integral em Tempo Integral.

A iniciativa conta com diferentes ações para mapear, reconhecer e valorizar práticas inspiradoras na implementação da Política de Educação Integral em Tempo Integral, dentre elas um Mapa, um Caderno de Experiências, uma Rede de Trocas e uma Mostra.

## EXPERIÊNCIAS INSPIRADORAS DE EDUCAÇÃO INTEGRAL

185 experiências encontradas









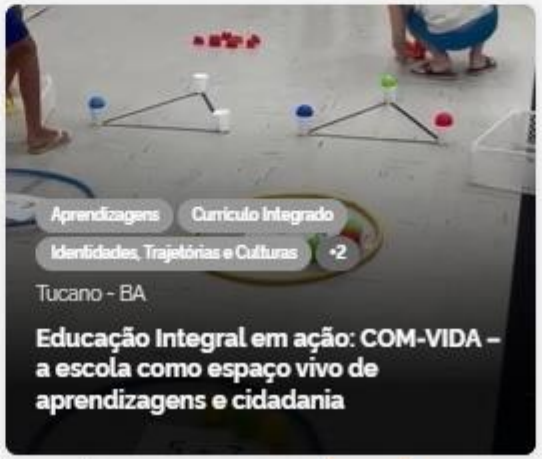




















EXPERIÊNCIAS INSPIRADORAS DE EDUCAÇÃO INTEGRAL

# GT Boca do Rio – Salvador (BA)

O “GT Boca do Rio: tecendo redes de cuidado e proteção na primeira infância” surgiu das inquietações vividas no cotidiano do Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) União da Boca do Rio, como resposta ao desafio e à urgência de garantir, de forma integrada, os direitos das crianças e adolescentes do território. Implementada desde 2022, em Salvador (BA), a iniciativa busca fortalecer a rede de proteção local, por meio de ações articuladas entre saúde, assistência, educação e demais políticas públicas, com foco na promoção de direitos e na construção de um território mais cuidador.

O grupo é composto por profissionais da saúde, educação e assistência social e por representantes de projetos de articulação comunitária, da sociedade civil e de entidades parceiras do bairro, e conta com a gestora do CMEI como representante no Conselho de Membros do GT.

Entre as principais ações desenvolvidas, destacam-se a realização de planejamento estratégico anual, encontros mensais itinerantes nas sedes dos diferentes equipamentos participantes do GT e criação de comissões de trabalho e ações práticas com temas específicos, que se desdobram em intervenções concretas na localidade.




EXPERIÊNCIAS INSPIRADORAS DE EDUCAÇÃO INTEGRAL

EXPERIÊNCIAS INSPIRADORAS DE EDUCAÇÃO INTEGRAL

EXPERIÊNCIAS INSPIRADORAS DE EDUCAÇÃO INTEGRAL

# Areninha – Fortaleza (CE)

O “Projeto Escola Areninha - esporte e educação em Tempo Integral” teve origem com a decisão institucional de oportunizar, aos jovens que residem em comunidades com alta vulnerabilidade social e econômica, uma possibilidade de transformação por meio da educação.

Implementada desde 2020, em um conjunto de escolas nos Anos Finais do Ensino Fundamental de Fortaleza (CE), tem como objetivo fortalecer a Educação Integral por meio da ampliação da jornada escolar para os alunos do 6° ao 9° anos, oferecendo práticas educativas que proporcionam aos estudantes a oportunidade de construção de um projeto de vida significativo.

Para isso, foram firmadas parcerias entre as secretarias de Educação e de Esportes e Lazer e com a Universidade Estadual do Ceará (UECE). Um ponto inovador dessa proposta é a utilização das Areninhas, campos de futebol estruturados com piso de grama sintética, cercados por alambrados e redes de proteção, banheiros e vestiários, construídos e mantidos pela prefeitura.





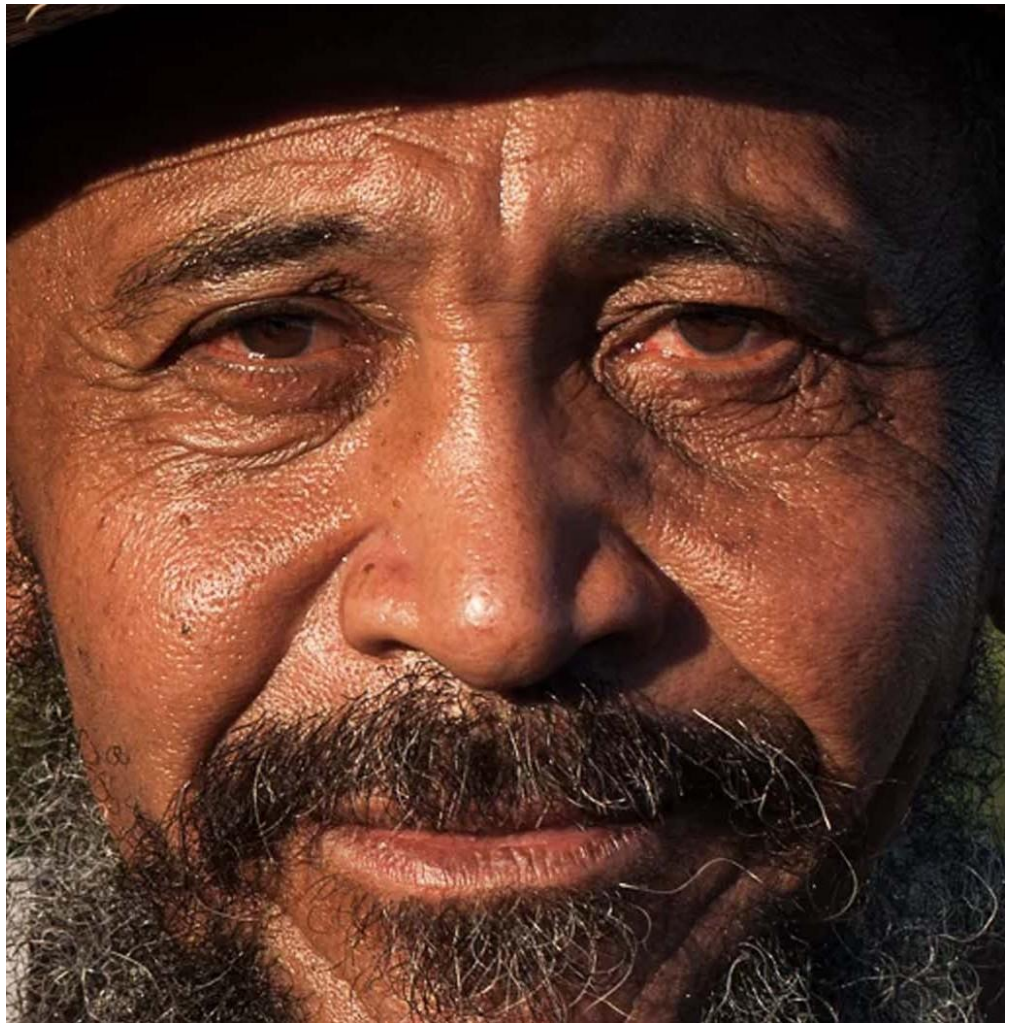

EXPERIÊNCIAS INSPIRADORAS DE EDUCAÇÃO INTEGRAL

# Botucatu (SP)

A necessidade de promover uma educação ambiental crítica e transformadora deu origem à experiência “Educação ambiental transformadora: laços intersetoriais em rede entre escola municipal de Educação Integral em Tempo Integral e a UNESP”. Criada em 2025, a iniciativa atende estudantes dos 4º e 5º anos do Ensino Fundamental em Tempo Integral, na Escola Municipal de Ensino Fundamental Integral (EMEFI) Hernâni Donato, em Botucatu (SP), situada a 300 metros da Floresta Estadual de Botucatu, área de proteção permanente e um dos poucos fragmentos de cerrado paulista em área pública.

Seu objetivo principal é promover o letramento científico e a educação ambiental crítica, por meio da vivência prática em uma trilha ecológica situada ao lado da escola. As principais ações realizadas são a construção intersetorial da Trilha Ecológica Educativa, envolvendo diferentes setores da prefeitura, tais como as Secretarias de Educação, do Meio Ambiente e Turismo, o Conselho Municipal do Meio Ambiente e a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo, além da Universidade Estadual de São Paulo (UNESP) e a escola.

A trilha possui mais de 300 metros de extensão, infraestrutura sustentável e dez estações educativas, sendo precedida pelo atendimento de exigências legais como cercamento, recuperação de nascentes e restauração ambiental.



*Um rio não deixa de ser um rio porque conflui com outro rio. Ao contrário: ele passa a ser ele mesmo e outros rios, ele se fortalece. Quando a gente confluencia, a gente não deixa de ser a gente, a gente passa a ser a gente e outra gente.*

**Nego Bispo**

*A terra dá, a terra quer*

CIDADE ESCOLA APRENDIZ


Direção de Programas

**Raiana Ribeiro**

raianaribeiro@aprendiz.org.br
11 98941-2159


www.educacaointegral.org.br